

Parabenizo os professores de Poá, que tiveram essa vitória importante, e repudio veementemente essa tentativa do prefeito de Poá de atacar a Educação municipal precarizando-a. Os servidores da Educação já estão há muitos anos com os salários arrochados e defasados. Nem a data-base salarial é respeitada lá, há um bom tempo.

Sr. Presidente, ainda falando de redes municipais, registro nossa preocupação com o que vem acontecendo na cidade de Sorocaba. Recebemos denúncias gravíssimas do sindicato dos professores, o sindicato dos servidores de Sorocaba, também pela imprensa, e até por alguns professores que conhecemos, que entrou em contato, inclusive, com o nosso mandato, da rede municipal, dando conta de que o prefeito Crespo, de Sorocaba, está devolvendo 160 mil livros ao MEC, livros escolhidos pelas escolas.

As escolas escolhem os livros. Há uma consulta do MEC e os professores escolhem os livros que serão adotados na rede municipal, como acontece em todo o Brasil. O envio desses livros é gratuito. Trata-se de um programa do Governo Federal, do MEC, que já existe há muitos anos, e é uma prática constante das escolas públicas de todo o Brasil.

No entanto, estranhamente, a denúncia que estamos recebendo dá conta de que o prefeito está devolvendo os livros. Uma parte desses livros está nos Correios da cidade.

Parece que há uma orientação para que eles sejam devolvidos ao MEC. Mas, ao mesmo tempo, o prefeito fez uma compra de apostilas. Ou seja: ele recusa os livros do MEC, que são gratuitos para o Município, livros escolhidos pelos professores, que os professores querem adotar na rede pública de ensino. Mas, ao mesmo tempo, o prefeito... Olhem só que absurdo: o prefeito de Sorocaba fez uma compra de apostilas do Sesi, gastando 10 milhões de reais.

É um absurdo. Devolve 160 mil livros e compra apostilas do Sesi. Dez milhões de reais. Isso é crime de responsabilidade, é improbidade administrativa. Espero que o Ministério Público Estadual tome providências imediatas.

Aliás, já aproveite para acionar o Ministério Público daqui da tribuna. A partir desse meu pronunciamento, eu gostaria que cópias fossem enviadas ao Ministério Público, dando conta dessa denúncia. Que o Ministério Público apure, com vigor, essa denúncia gravíssima de indícios de crime de responsabilidade e de improbidade administrativa.

Imaginem: o prefeito devolve 160 mil livros para o MEC, que não tiveram custo nenhum para o município. E compra 10 milhões em apostilas. Dez milhões de reais ele gasta comprando apostilas do Sesi. Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Queremos uma apuração rigorosa dessa denúncia em Sorocaba. A situação é grave. A Prefeitura tem atacado a Educação, tem atacado os servidores. Exigimos que o Ministério Público tome providências imediatas em relação a essa grave denúncia de improbidade administrativa.

O prefeito devolve 160 mil livros e gasta 10 milhões de reais comprando apostilas do Sesi. A compra de apostilas virou um comércio. Existem empresas ganhando muito dinheiro, vendendo apostilas para os municípios, para os prefeitos. O Tribunal de Contas do Estado tem que fazer uma auditoria rigorosa em todos os municípios. Em todos os municípios que estão com a prática de comprar apostilas dessas empresas privadas.

Constantemente, recebemos denúncias de pagamento de propina, de superfaturamento e de desvio de dinheiro em relação a esse comércio, a esses mercadores que vendem as apostilas para as prefeituras e para as secretarias municipais de Educação.

São apostilas totalmente descontextualizadas da realidade regional de cada município. São empresas preocupadas em ganhar dinheiro. Muitas vezes, pagando propinas para os prefeitos. Já há várias denúncias na imprensa em relação a isso. Espero que o Ministério Público tome medidas urgentes em relação ao caso de Sorocaba. E que o Tribunal de Contas do Estado faça uma averiguação. Porque é o Tribunal de Contas do Estado que fiscaliza e julga as contas dos 644 municípios do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado, esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação após o seu exame, nos termos do Art. 18, inciso 5, do Regimento Interno.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Marcos Lula Martins.

O SR. MARCOS LULA MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, quero saudar todos os deputados. Chegamos a um momento de preocupação e transição. Teremos pela frente um desafio grande. Não serei deputado, não disputei a eleição. Mas a política e a preocupação continuam existindo, mesmo que não gostemos. Vejam o que está acontecendo com essa onda de dizer "cidades sem partido".

Escola não tem partido mesmo. Agora, escola precisa ser orientada, instruída. O estudante tem o direito e o dever de saber a história do País, por exemplo. Conhecer sociologia, direta ou indiretamente; ter informação desse monte de ministérios que estão sendo formados nesse governo, que falava que iria nomear todos técnicos, que não teria influência de partidos.

Quase todos que estão sendo indicados são filiados a algum partido. Só não estão disputando eleição, não foram candidatos. Mas têm alguma relação ou foram indicados por grupos relacionados a partidos ou a interesses econômicos. A ministra do Ministério da Agricultura foi indicada pelo agronegócio. São realmente técnicos que estão sendo indicados? Pode indicar todos militares, porque ele é dessa origem, mas capitães do Exército sendo indicados para vários cargos - será que todos são técnicos de cada categoria?

Fica sempre esta interrogação: se o professor não estimular os seus alunos a entenderem minimamente o que está acontecendo no País, os estudantes vão parecer o quê? Precisa ter o mínimo de orientação dos professores. E vai ser onde se não for nas escolas? Pode ser em outros lugares, na rua também. Mas só na rua não basta. É na escola que ele vai aprender e estudar. E ter informações.

Então, esse quadro que estamos vivendo é reflexo dessa nova onda de governo do Brasil. Por mais que se enchem todos os ministérios de militares, enquanto não se resolver o problema da miséria, da desigualdade e da fome, não haverá condição de resolver o problema da violência. Se não combatermos as causas da violência, não basta abater, matar, prender. Podem encher o País de presos. Se não resolverem a causa...

O que provoca essa desigualdade e as condições de as pessoas não conseguirem sobreviver? Por que 60 mil jovens morrem por ano no Brasil? Não é pouca coisa. Fiz aqui essas ponderações. Por onde a gente anda, as pessoas reclamam de violência e da questão dos médicos. Temos a questão do Mais Médicos; agora estão vindo outros. Médicos que têm medo de ir a posto de saúde no meio de periferias, não se sentem seguros. Esse é o quadro que estamos vivendo.

Existe também essa ilusão de dar arma para a população. Vai ter que fazer, depois, outra cata de armas. Porque se enchemos a população de armas, essas armas vão servir para matar seu próprio dono. Esse é um quadro preocupante que estamos vivendo, em todas as áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, quero convidar todos os deputados, e as pessoas interessadas, a participarem da nossa audiência pública, no próximo dia 6, quinta-feira, na Assembleia Legislativa, no plenário Franco Montoro.

Estaremos reunidos com vários professores e alunos da Falc. São alunos que fizeram cursos de graduação, cursos de Pedagogia. A Falc registrava os diplomas desses alunos numa universidade do Rio de Janeiro, a Unig. Há um problema sério, por conta de uma CPI, que aconteceu em Pernambuco, e o Ministério Público Federal acionou o MEC que, parece, suspendeu, provisoriamente, o registro desses diplomas.

Estamos acompanhando esse caso. Os professores estão nessa situação, e passam por um verdadeiro processo de estresse psicológico, de insegurança, porque são professores que já lecionam, já estão na rede. São professores que cumpriram a carga horária dos cursos, professores que fizeram os trabalhos, cumpriram, enfim, todos os requisitos, todas as exigências do curso de graduação, entregando, inclusive, TCC. Tudo foi feito. Então, o aluno não tem nada a ver com isso.

É uma questão burocrática, entre a Unig, o MEC, a Falc. E essa questão tem que ser resolvida imediatamente. Já fizemos contatos com a Falc. Estamos fazendo contato com o MEC, com o Ministério Público Federal.

Estaremos aqui reunidos com os alunos e representantes da Falc. Convidamos já a Unig também. Convidamos o Ministério Público Federal e o MEC, para que haja uma saída imediata para esses alunos. Nossa audiência será feita aqui na Assembleia Legislativa, no dia 6, quinta-feira, às 19 horas, no plenário Franco Montoro.

Repito, os alunos não podem ser penalizados. São professores que já prestaram concurso, professores que seriam contratados, e professores que já estão lecionando, e estão sendo vítimas agora desse tipo de processo, de ameaça, de perseguição.

Já fiz aqui um apelo ao secretário estadual de Educação e aos secretários municipais também, de vários municípios, para que não tomem nenhuma atitude precipitada. Primeiramente, é preciso resolver a situação.

Tenho certeza de que haverá a regularização desses diplomas. Na verdade, nem são irregulares, porque os alunos cumpriram a carga horária, fizeram as disciplinas, foram aprovados, fizeram TCC. Pagaram, e pagaram caro. Fizeram sacrifícios para realizar esses cursos, sobretudo o curso de Pedagogia.

O aluno não pode pagar por um erro, por um suposto erro, ou da Unig, não sei exatamente o que aconteceu, porque não há transparência nesse processo. Mas nós vamos resolver isso. Já levei o caso também para a Comissão de Educação, através de requerimento, pedindo que a comissão interfira nesse processo, em defesa, logicamente dos professores e dos alunos. Então, todos estão convidados.

Eu não poderia deixar de manifestar a nossa indignação com o posicionamento não só do presidente eleito, Jair Bolsonaro, mas dos seus filhos, em relação à submissão vergonhosa a que eles estão submetendo o Brasil.

Ainda ontem estive nos Estados Unidos, em Washington, o filho dele, o Eduardo Bolsonaro, percorrendo os corredores da Casa Branca, humilhando-se, fazendo contatos com os representantes do governo do Trump e saiu de lá com o bonê do Trump, mostrando uma submissão jamais vista na história do Brasil aos Estados Unidos e, hoje pela manhã, o Bolsonaro recebeu na casa dele um representante do governo do Trump que trata de questões da Segurança e ele bateu continência. Quando esse representante do governo norte-americano chegou à casa dele, ele bateu continência. Isso é uma vergonha, uma submissão jamais vista. Nem os militares fizeram isso.

E olha que nós tínhamos um embaixador, o Juraci Magalhães, que foi o primeiro embaixador em Washington do governo militar, do governo Castelo Branco, e ele tinha uma frase que dizia: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Ele dizia exatamente isso e eu me lembrei dessa frase e me lembrei desse famigerado embaixador ao ver o posicionamento tanto do Bolsonaro, como do seu filho, dessa submissão. É uma vergonha, eles estão vendo mesmo o Brasil.

Quando ele fala "O Brasil acima de tudo", o Brasil não, os Estados Unidos acima de tudo, porque eles usam o verde e amarelo para entregar o Brasil para os Estados Unidos. Para, na verdade, dilapidar o patrimônio público, como eles estão fazendo, principalmente na área econômica. Porque ele nomeou o Paulo Guedes, que é um economista neoliberal selvagem que vai acabar com tudo, vai privatizar tudo, vai aprofundar o ajuste fiscal contra os trabalhadores.

Ele nomeou agora um presidente do Banco do Brasil que é a favor da sua privatização; nomeou um presidente da Caixa Econômica Federal que defende a sua venda, a sua privatização; nomeou um presidente do BNDES, que é o Joaquim Levy, que também defende o seu enfraquecimento. É um absurdo total o que nós estamos vendo hoje no Brasil. Todo esse ministério, quatro ou cinco gerais nomeados, representantes das Forças Armadas no ministério.

Um absurdo, não há dúvidas de que nós vamos entrar no ano de 2019 em um verdadeiro inferno social no Brasil, de miséria social, de fome, de desemprego, porque esse grupo não tem nenhuma saída para o Brasil. Eles vão precarizar e aprofundar ainda mais o que o Temer já vinha fazendo. Eles vão aprofundar a reforma trabalhista retirando mais direitos dos trabalhadores. Tentarão aprovar a reforma da Previdência contra os trabalhadores, acabando com a aposentadoria.

A grande proposta deles é a capitalização da Previdência, o que é um verdadeiro absurdo. O Chile já fez isso e hoje os velhinhos estão abandonados na sarjeta, cometendo suicídio, porque não ganham nem meio salário mínimo. A terceira idade está totalmente abandonada no Chile, onde os velhinhos estão pedindo esmola. É isso que eles querem fazer aqui no Brasil.

É um governo que não tem nenhuma proposta, nada, para tirar o Brasil da crise. Tanto é que nesse encontro que teve na casa do Bolsonaro eles discutiram como fazer interferência em Cuba e na Venezuela. Eles só falam disso: Venezuela e Cuba. Nenhuma proposta para combater o desemprego no Brasil, para tirar o Brasil da crise econômica.

Nenhuma proposta concreta para resolver a questão da Educação, para resolver a questão do acesso, da permanência, da qualidade de ensino. Eles não têm proposta para nada, para aumentar o investimento em Educação pública. A única coisa que eles falam é em doutrinação. Eles criaram agora uma tal de ideologia de gênero, Escola sem Partido. Só falam disso porque não têm proposta e, aliás, eles falam isso para encobrir exatamente o que eles não farão, que é investir nas áreas sociais.

Eles vão atacar ainda mais os fundos públicos das várias áreas da Previdência, da Educação e da Saúde e transferir esses fundos públicos para o capital privado, sobretudo para o capital financeiro para pagar juros da dívida pública, para alimentar ainda mais o mercado. É isso que esse grupo vai fazer em detrimento das condições sociais do Brasil.

Nós só podemos esperar uma coisa no ano que vem quando ele assumir - esses são todos os sinais dados - inferno social no Brasil, aumento da miséria, do desemprego. O Brasil vai se tornar um país ainda mais inviável, com o aumento brutal das desigualdades sociais. É isso o que nós temos pela frente se o governo continuar com esse tipo de procedimento. É altamente preocupante.

Eu quero repudiar essa submissão. Eu fico chocado em ver um deputado federal sair de uma reunião com representantes do governo americano com um bonê do Trump, presidente de ultradireita, que humilha a América Latina, todos os países da América Latina, os imigrantes, que não quer ninguém lá nos Estados Unidos. O presidente eleito bate continência para um funcionário, um assessor do presidente Trump, em sua própria residência. Isso é uma vergonha, uma submissão jamais vista.

Repito: eles estão ressuscitando o embaixador de 1964, em Washington, Juracy Magalhães, que dizia que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. É uma vergonha. Essas pessoas não me representam e tenho certeza de que não representam ninguém no Brasil, porque ninguém deve concordar com uma posição como essa.

Eu gostaria de fazer um registro. Eu estou acompanhando muito de perto a situação do Sampaprev na Prefeitura de São Paulo. É um projeto de lei do ex-prefeito Doria e que agora é retomado pelo prefeito Bruno Covas, de confisco salarial dos servidores e de privatização da Previdência, de entregar a Previdência municipal, o Iprem, para os bancos e para as empresas privadas.

Eles tentam dar um golpe nos servidores, tentando aprovar, na calada da noite, no apagar das luzes do mês de dezembro, no período do Natal e do Ano Novo, esse projeto de lei, porque eles acham que os professores estarão em recesso, em férias e não haverá mobilização, como nós fizemos no primeiro semestre, com 100 mil servidores em frente à Câmara Municipal, o que acabou derrotando o Sampaprev.

A Câmara Municipal recuou, o governo recuou. Houve uma saída honrosa que eles encontraram para o Doria, dizendo que criariam uma comissão. A comissão não foi criada, só foi criada agora, com prazo de 30 dias para entregar o relatório. Nós sabemos que isso é uma verdadeira farsa. O que eles querem mesmo é acabar com a Previdência, com a aposentadoria dos servidores, e querem, sobretudo, confiscar salários, porque um dos itens do projeto é o aumento da alíquota, de 11 para 19% de desconto no holerite dos professores e de todos os servidores da Prefeitura. Isso é muito grave, confisco salarial da Prefeitura.

Eles inventam várias mentiras para a população, dizendo que se não fizer reforma da Previdência a cidade vai ter um custo muito alto, a cidade ficará inviável, mas isso não corresponde à realidade. Isso é tudo mentira. Eles tentam enganar a população. É uma cantilena. Nós já desmontamos esse discurso da Prefeitura. Haverá mobilização.

Eles criaram uma comissão com membros que representam os interesses do governo. Só tem duas pessoas, dois vereadores que são de oposição, contra o projeto. São dez membros: oito são ligados ao governo, à base de sustentação do governo, e dois são contra. O relator é totalmente a favor do projeto. Eu vi um "post" dele hoje, do Holiday, vereador do MBL, se colocando claramente contra os professores, contra os servidores, dando a entender que professor tem privilégio na cidade de São Paulo. É um absurdo, um ataque brutal. A outra pessoa - parece-me que é a presidente dessa comissão - é do partido Novo, que defende também esse ajuste fiscal contra os trabalhadores. Ambos defendem ajuste fiscal contra trabalhadores, contra servidores, contra professores, contra servidores que estão lá na ponta, com salários arrochados e defasados.

Então haverá um ataque da parte deles, mas haverá muita resistência e muita luta da nossa parte também. Estamos mobilizados. Dia cinco, semana que vem, nós estaremos em frente à Câmara Municipal. Vamos colocar 50, 100 mil servidores, profissionais da Educação para rechaçar veementemente essa proposta de ataque à aposentadoria, ao Iprem, de ataque aos salários dos servidores da Prefeitura de São Paulo. Lutaremos de novo, mais uma vez, veementemente contra o Sampaprev. Sampaprev é confisco salarial, é destruição da aposentadoria dos nossos servidores. Sampaprev não, Sampaprev nunca.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 19 minutos.

\*\*\*

## 30 DE NOVEMBRO DE 2018 156ª SESSÃO ORDINÁRIA

<b>Presidência:</b> CORONEL TELHADA e CARLOS GIANNAZI
<b>Secretaria:</b> MARCO VINHOLI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão solene, a realizar-se às 20 horas do dia 10/12, com a finalidade de realizar a entrega do "XXII Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos", por solicitação do deputado Carlos Bezerra Jr.

2 - MARCO VINHOLI

Comemora a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias neste Parlamento. Informa que diversas ações previstas para o governo de João Doria foram contempladas na previsão orçamentária do próximo período. Destaca a importância de investimentos para o Hospital Universitário da USP funcionar em sua plenitude. Cumprimenta o deputado estadual Coronel Camilo por sua nomeação como secretário executivo da Polícia Militar, o Sr. Cleber Mata, por sua nomeação como secretário de Comunicação do estado de São Paulo, e o Sr. Walter Nyakas, que deverá assumir a Casa Militar do estado de São Paulo.

3 - CARLOS GIANNAZI

Demonstra preocupação com a tentativa de aprovação de projeto de lei referente à reforma da Previdência municipal, o Sampaprev. Considera que esta reforma deverá trazer prejuízos aos servidores. Lembra que a proposta já foi refutada em razão da mobilização dos professores da rede pública estadual. Faz críticas à gestão do Iprem (Instituto de Previdência Municipal de São Paulo). Informa que em 05/12, às 14 horas, estará em manifestação contrária ao Sampaprev em frente à Câmara Municipal de São Paulo.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Saúda as cidades que aniversariam no dia de hoje no estado de São Paulo: Adolfo, Álvares Machado, Cosmópolis, Echaporã, Elias Fausto, Franco da Rocha, Guapiaçú, Guaraci, Guarantã, Herculândia, Ibirarema, Irapuã, Lutécia, Manudri, Miracatu, Oriente, Paulo de Faria, Quintana, Registro e Sales. Lembra que em 30/11 de 1982 foi lançado o clipe da música Thriller, de Michael Jackson e no mesmo dia, em 1980, faleceu o sambista Cartola. Informa que ontem, nesta Casa, houve o lançamento do livro "Éramos Vinte", que conta a história do Corpo de Bombeiros. Destaca que hoje esteve em solenidade dos 127 anos da criação do Batalhão Tobias de Aguiar. Lista números do trabalho realizado pela Rota na apreensão de armas e na manutenção da Segurança Pública no estado.

6 - MARCOS LULA MARTINS

Faz comentários a respeito do encerramento do contrato de médicos cubanos do programa Mais Médicos em razão de posicionamento do presidente eleito Jair Bolsonaro. Lista cidades que serão prejudicadas pela falta destes profissionais. Comenta que muitos médicos brasileiros não desejam trabalhar em locais periféricos e carentes. Explica que o convênio do programa Mais Médicos foi realizado, pois faltavam inscrições de brasileiros para exercer a medicina em determinadas regiões. Lamenta a situação da Saúde pública no país.

7 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Demonstra preocupação com a delação da concessionária de infraestrutura CCR, segundo a qual ela teria disponibilizado mais de 44 milhões em caixa dois para os governos do PSDB no estado do São Paulo. Lembra que a CCR tem a concessão, aqui no estado de São Paulo, de rodovias, aeroportos e metrô. Faz denúncias em relação a diversos casos de corrupção supostamente envolvendo o Governo do Estado de São Paulo e as empresas DER, Dersa, Sabesp e FDE. Enfatiza o papel do Poder Legislativo de fiscalizar o Executivo estadual.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Cumprimenta o Sr. Marcos Simões, do município de Piracicaba. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 03/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra das sessões solenes a realizarem-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar os 40 anos da Adeva - Associação de Deficientes Visuais e Amigos, e segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de homenagear o Sr. Valdeir dos Santos Ayres. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Marco Vinholi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – MARCO VINHOLI – PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Carlos Bezerra Jr., convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", do Regimento Interno, para uma sessão solene, a realizar-se dia dez de dezembro de 2018, às 20 horas, com a finalidade de "Entregar o XXII Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos".

Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos e a todas. Acho que é a primeira vez que falo como primeiro aqui no Pequeno Expediente. Cumprimento o nobre presidente Coronel Telhada, querido deputado, o nobre deputado Carlos Giannazi, lutador pela Educação no estado de São Paulo, funcionários da Casa, Polícia Militar, telespectadores da TV Assembleia, esse é mais um dia de luta e labuta aqui na Assembleia.

Queria fazer uma breve fala, primeiro, para comentar minha alegria pela aprovação, nesta semana, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Aprovamos após um tempo de debate na Casa em torno dela, conseguimos fazer um diálogo importante com as mais diferentes bancadas da Assembleia Legislativa de São Paulo, trazendo pleitos justos de toda a comunidade.

Conseguimos colocar várias ações previstas no plano de governo do João Doria, como os CTAs, que são centros de acolhimento temporário implantados aqui na Capital e que agora vão para o estado de São Paulo, o aumento nas metas de atendimento do restaurante Bom Prato - que agora vai avançar aos finais de semana e também funcionará no horário do jantar, um importante pleito da comunidade paulista - e o aumento de suas unidades. Temos várias frentes que estão trabalhando junto ao Orçamento do estado e elas estão, agora, previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Também nesta semana vamos apresentar o relatório do Orçamento do estado e dialogar com as bancadas de modo geral. A sociedade paulista virá aqui e trará suas reivindicações.

Resalto a importância de se iniciar esse processo nesta semana para poder entregar resoluções para toda a comunidade paulista. Nesta semana conversei com o pessoal do Coletivo Butantã e também com o pessoal da USP; com o deputado Giannazi, que também atua nesse tema, assim como outros deputados da Casa. Vamos fazer um amplo debate nesta semana para ver se, finalmente, chegamos a uma conclusão e retomamos o Hospital Universitário a sua plenitude. Esse é um dos pleitos que será colocado durante esta semana.

Nossa Polícia Militar também esteve aqui reivindicando, assim como outras carreiras, avanços. Estamos debatendo isso e vamos fazer o que for possível para melhorar o nosso Estado.

Queria aqui, também, homenagear alguns profissionais que têm ligação com esta Casa, com o Parlamento paulista e pessoal conosco. Queria cumprimentar o Coronel Camilo, hoje anunciado como secretário executivo da nova gestão na área da Segurança Pública, na Polícia Militar. Tenho certeza de que vai fazer um bom trabalho.

Além disso, o Cleber Mata, que trabalhou aqui na Presidência, vai ser o secretário de Comunicação do estado de São Paulo, um jovem brilhante, que já fez um ótimo trabalho no governo do Estado na gestão do governador Alckmin.

Quero também cumprimentar nosso amigo e grande profissional, que trabalhou com o senador Aloysio Nunes, Walter Nyakas, que assume também a Casa Militar, grande pessoa. Tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho na Defesa Civil e também na Casa Militar do estado de São Paulo.

Essas eram minhas palavras, meus cumprimentos a eles, e que possam fazer um bom trabalho para a nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, tenho denunciado exaustivamente a situação, hoje, do Sampaprev, esse projeto que foi reapresentado pelo Doria. Era um projeto do Haddad, que foi piorado pelo Doria, e agora existe uma tentativa do governo Bruno Covas em aprovar esse projeto da Previdência municipal.

Na verdade, trata-se de um confisco salarial. O prefeito, com sua base de sustentação da Câmara Municipal, tenta agora atacar os salários dos servidores municipais. E há uma ampla mobilização contra esse projeto, que confisca salários e privatiza, na prática, a Previdência, entregando a Previdência municipal para a iniciativa privada, para os bancos, para as empresas privadas de Previdência. É disso que se trata esse projeto, porque haverá um aumento da alíquota, de desconto em folha de pagamento, que hoje já é de 11% para todos os servidores.

Há uma ampla mobilização de todos os servidores da Prefeitura, sobretudo dos profissionais da Educação, que já fizeram mobilizações gigantes na cidade de São Paulo, como a de março, com mais de 100 mil pessoas na frente da Câmara Municipal, que obrigou o governo, ainda na época do Doria, a recuar, e com certeza também a Câmara Municipal. Mas passado esse tempo, o prefeito Covas resolveu rearticular o projeto. Rearticulou sua base de sustentação, e tenta agora dar um golpe nos servidores, tentando aprová-lo na calada da noite, no apagar das luzes do ano de 2018. Vão tentar aprovar o projeto na véspera do Natal, ou quem sabe até na véspera do Ano Novo. Ou há quem diga que se ele não conseguir, vai tentar em janeiro, apostando numa desmobilização dos servidores, sobretudo dos profissionais de Educação, que estarão em férias, em recesso. Mas doce engano, porque todos nós estamos mobilizados.